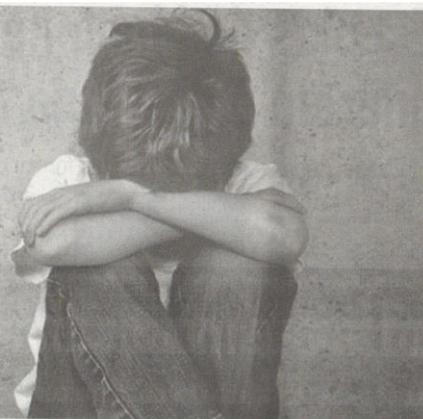


Violência sexual infantil preocupa as autoridades

Entidades e poder público organizam atividade de conscientização a ser realizada na manhã desta quarta-feira, na Praça Rui Barbosa



■ Márcio Reinheimer
marcio@jornalibia.com.br

Tristeza, agressividade, isolamento e dificuldades de relacionamento são sintomas de algo muito grave e ainda presente em nosso meio: a violência sexual infantil. O surgimento destas características em crianças e adolescentes deve acender a luz amarela nas famílias e na escola. As suspeitas precisam ser investigadas e, em caso de comprovação, os responsáveis punidos. Às vítimas, cabe ao poder público oferecer assistência, sobretudo psicológica, e até um lar substituto

Preocupados com esta realidade, representantes de entidades, da Câmara de Vereadores e da Prefeitura estão organizando um ato público para amanhã, na Praça Rui Barbosa, alusivo ao Dia Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-juvenil. Durante toda a manhã, ocorrerá a

distribuição de material para a comunidade com informações e os telefones da rede de proteção. Também estarão presentes os alunos do Programa Educacional de Resistência às Drogas (Proerd), desenvolvido pela Brigada Militar.

A organização do evento foi discutida durante uma reunião na Câmara de Vereadores com dirigentes de entidades que atuam na área. A iniciativa partiu do presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, Marcos Gehlen (PT). Segundo a conselheira tutelar Lucianita Menezes, de janeiro até agora, ocorreram 11 casos de suspeita de abuso e oito agressões físicas. “É uma estatística alarmante. São mais de dois casos por mês”, afirma. Ela considera este um dos piores tipos de agressão, ao lado da que é praticada contra as mulheres e os vulneráveis. Os índices, porém, devem ser muito piores, levando em conta que nem todos os casos chegam até as autori-

dades, especialmente aqueles que envolvem familiares das vítimas.

O evento desta semana não é o único que está agendado. Uma audiência pública acontecerá no dia 13 de junho, às 14h, na sede do Legislativo, para a apresentação do Plano Municipal de Enfrentamento à Violência Infanto-Juvenil. Um esboço do projeto e documentos que o embasaram, como convenções e tratados internacionais, a Constituição de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente foram apresentados pelo oficial da Brigada na reserva José Jesus Cirne da Silva. “O Plano nacional foi atualizado em 2014 e serviu de orientação para o dos Estados e municípios”, comentou.

A preocupação com o tema não é nova. Em 2014, por lei, foi criado no Rio Grande do Sul o Comitê Permanente de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Seu objetivo é acompanhar, monitorar e

propor políticas públicas e estratégias que promovam e assegurem os direitos humanos das crianças e adolescentes vulneráveis à violência e à exploração sexual. “Em Montenegro, através de uma portaria de 2007, ocorreu a criação do Grupo de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-juvenil, que objetiva fomentar ações preventivas e de atendimento especializado dirigido a crianças e adolescentes e famílias vítimas e contribuir na criação de políticas públicas”, relata Cirne.

Um dos objetivos do plano é fomentar ações preventivas e de atendimento especializado dirigido a crianças e adolescentes e famílias vítimas e contribuir na criação de políticas públicas”, relata Cirne.

Um dos objetivos do Plano Municipal é estabelecer um conjunto de ações integradas para intervenção e enfrentamento da violência sexual das crianças e adolescentes, e políticas articuladas para a promoção do desenvolvimento sexual saudável no município de Montenegro. “Está em fase de construção, pode sofrer acréscimos, retificações, está aberto ao debate”, ressaltou Cirne.

SAIBA MAIS

A suspeita de que uma criança possa estar sendo sexualmente abusada deve sempre ser investigada cuidadosamente, pois isto certamente vai afetar em muito a vida dela e da família como um todo. O crime ocorre em todos os grupos sociais e se caracteriza quando um menor é usado como gratificação sexual por um adulto ou adolescente mais velho, através do emprego da violência física, coação ou abuso da confiança.

Frequentemente, o agressor é um membro da família ou responsável pela criança, alguém que ela conhece, no qual confia e com quem, muitas vezes, tem uma estreita relação afetiva. Normalmente, este abuso fica cercado de um komplê de silêncio, pois envolve medo, vergonha, culpa e desafia tabus culturais (a sexualidade, incluindo a da criança) e aspectos de interdependência. Especialistas apontam os comportamentos mais frequentemente vistos em crianças que foram ou são abusadas:

responsável pela criança, alguém que ela conhece, no qual confia e com quem, muitas vezes, tem uma estreita relação afetiva. Normalmente, este abuso fica cercado de um komplê de silêncio, pois envolve medo, vergonha, culpa e desafia tabus culturais (a sexualidade, incluindo a da criança) e aspectos de interdependência. Especialistas apontam os comportamentos mais frequentemente vistos em crianças que foram ou são abusadas:

- | | |
|---|--|
| 1 – Extrema submissão; | desempenho escolar; |
| 2 – extrema agressividade e comportamento antissocial; | 9 – total falta de confiança nas pessoas, em especial nas pessoas com autoridade; |
| 3 – amadurecimento precoce; | 10 – medo de adultos do sexo oposto ao seu; |
| 4 – brincadeiras sexuais persistentes, exageradas e inadequadas; | 11 – comportamento aparentemente sedutor com pessoas adultas do sexo oposto ao seu; |
| 5 – crianças frequentemente chegam muito cedo à escola e dela saem tarde (num esforço inútil de escapar da situação do lar); | 12 – fugas de casa; |
| 6 – fraco ou nenhum relacionamento com seus pares e imensa dificuldade de estabelecer vínculos de amizade e falta de participação nas atividades escolares e sociais; | 13 – sérias alterações do sono (como em geral os abusos são feitos na cama, se estabelece o medo de dormir e sofrer o ataque); |
| 7 – dificuldade de concentração na escola; | 14 – depressão clínica; |
| 8 – queda repentina no | 15 – ideias suicidas; |
| | 16 – comportamentos de automutilação; |
| | 17 – imensos sentimentos de culpa em relação a tudo. |

Plano será transformado em lei

A diretora de Assistência Social e Cidadania do Município, Maristela Josiane Paz, entregou cópia do Plano à Comissão de Cidadania e Direitos Humanos para análise e sugestões. “Após as contribuições, o Plano virá para a Câmara na forma de um projeto de lei do Executivo, para ser discutido e aprovado pelos vereadores”, comentou Josi.

De acordo com a assistente social Neiva Saldanha, da Secretaria Municipal da Saúde, existem outras providências em andamento. “Estamos adequando o trabalho do Centro de

Referência em Assistência Social (Creas) ao Sistema Único de Assistência Social (Suas)”, explicou. Hoje, o Conselho Tutelar encaminha os casos, o Creas faz o seu acolhimento e depois são encaminhados para grupos, como os de crianças, de adolescentes e de familiares de crianças que foram vítimas de violência sexual. “É importante o trabalho com a escola, a família e a comunidade dos bairros”, salienta Neiva.

Para o ativista social Rogério dos Santos, da Central Única das Favelas (Cufa), a prevenção é fundamental.



REUNIÃO na Câmara de Vereadores discutiu andamento da criação do Plano

Já o vereador Marcos Gehlen salienta que se passaram nove anos desde o primeiro esboço de um grupo intersectorial de enfrentamento à violência infanto-juvenil. “Estamos avançando”, ressaltou. Nos próximos dias,

haverá eleições nas escolas para escolha dos estudantes que integrarão a Câmara Mirim neste ano. “Será um espaço para debater a questão. O vereador mirim poderia fazer esta discussão nas escolas”, propôs.

ONDE DENUNCIAR

Conselho Tutelar - 3649-8279
Ministério Público - 3632-1677
Delegacia de Polícia - 3632-1111,
3632-1521 e 197
Disque denúncia - Disque 100

* As denúncias podem ser anônimas

